SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS
LETRAS - LÍNGUA ESPANHOLA

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

HISTÓRICO DA UFPA

A Universidade Federal do Pará (UFPA) foi criada por meio da reunião de faculdades e escolas de nível superior, através da Lei n° 3.191, de 02 de julho de 1957, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira. Situada às margens do Rio Guamá, à 10 Km do centro da cidade, onde exerce a grande maioria de suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão e Administração, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação Stricto e Lato Sensu, além de prestação de serviços de caráter técnico, científico, cultural e social à comunidade. Estas atividades encontram-se distribuídas pelos 12 campi e núcleos.

A UFPA, segundo o Relatório de Gestão 2009 da PROPLAN, configura-se como a maior instituição de ensino e pesquisa de todo o Norte do Brasil.

O Estatuto e o Regimento Geral da Instituição foram recentemente reformulados pelo Conselho Universitário (CONSUN), adequando esses documentos institucionais às normas em vigor e à nova configuração organizacional da UFPA.

Por meio de seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2001 a 2010 (PDI) foi criada a missão institucional:

Gerar, difundir e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, visando à melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, e em particular do amazônida, aproveitando as potencialidades da região mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, por

sua vez sustentados em princípios de responsabilidade, de respeito à ética, à diversidade biológica, étnica e cultural, garantindo a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania, fundada em formação humanística, crítica, reflexiva e investigativa, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006).

A visão institucional é:

Tornar-se referência local, regional, nacional e internacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, consolidando-se como instituição multicampi e firmando-se como suporte de excelência para atender demandas sócio-políticas de uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa.

Apresenta como princípios norteadores de suas ações:

Defesa do ensino público, gratuito e de qualidade; a autonomia universitária; a gestão democrática; a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão; a busca da excelência acadêmica; o desenvolvimento sustentável e o compromisso social e o fortalecimento das parcerias e do diálogo com a sociedade.

Com essa configuração organizacional e o volume de pessoas e aliados aos desafios que a UFPA se propõem a superar as ações institucionais tendem a adquirir o formato de programas e projetos de ensino que possam traduzir-se em práticas de atuação continuada e qualificada, visando com isso o alcance de sua missão institucional.

Em adesão aos Eixos Estruturantes do PDI da UFPA referente, em especial, ao ensino de graduação, nossa opção é pela construção de um modelo de ensino, sintonizado com a produção/socialização do conhecimento, com compromisso ético e social, visando à superação do modelo atual, o que certamente representa um dos desafios mais importantes para a Faculdade de Ciências da Linguagem do Campus de Abaetetuba.

Os anos 70 trazem uma grande marco na UFPA, haja vista que foi o início da interiorização das ações universitárias. A situação dos professores que atuavam no então 1º e 2º Graus era alarmante, apenas 150 dos 25 mil professores da rede pública tinham habilitação para o magistério. Mudar esse panorama foi um dos principais objetivos dos cursos oferecidos pela

UFPA, a partir de 1986, em oito municípios sede, localizados em cada uma das seis mesorregiões do Estado: no Baixo Amazonas, Santarém; no Marajó, Soure (e posteriormente Breves); na Região Metropolitana de Belém, Castanhal; no Sudoeste do Pará, Altamira; no Nordeste, Abaetetuba, Bragança e Cametá; e no Sudeste, Marabá. As prefeituras locais se uniram ao projeto, doando prédios para a instalação da sede do campus, cedendo servidores para o apoio administrativo, vigilantes e motoristas. Nesse contexto nasceu o curso de Letras no Município de Abaetetuba.

Com a autonomia dos campi do interior em 1998, segue-se a criação/autonomia dos Colegiados dos Cursos de Letras, Matemática e Pedagogia do Campus de Abaetetuba, configurando como o primeiro coordenador do Colegiado de Letras o Prof. Garibaldi Nicola Parente. Momento este em que foi estabelecido um convênio entre Campus de Abaetetuba/UFPA e a Prefeitura do Município de Abaetetuba ? PA, na gestão do prefeito, à época, Sr. Francisco Maués Carvalho (Chico Narina) e da Secretária de Municipal de Educação a Srª Raimunda Nonata Loureiro Parente, o que resultou na implementação de 02 turmas de letras (A e B) financiadas com verbas do FUNDEF (Fundação de Apoio ao Ensino Fundamental).

Durante os primeiros anos do século XXI, os cursos de graduação da UFPA começaram a adaptar seus currículos, às novas normas da LDBEN/96 e às Diretrizes Curriculares Nacionais, e às Diretrizes Curriculares da UFPA. Ao lado dessa movimentação em torno de mudanças a Instituição aprovou novos documentos institucionais como Estatuto, Regimento Geral e os Regimentos das Unidades Acadêmicas e Centros Universitários.

Outras configurações organizacionais foram sendo cunhadas na Instituição ao longo do tempo, o que resultou na publicação, em 2006, do novo Estatuto e Regimento Geral da UFPA, e em 18 de fevereiro de 2008, por meio da Resolução 3.633, a aprovação do novo Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA.

Assim, são fins da Universidade Federal do Pará:

I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, de forma a gerar, sistematizar, aplicar e difundir o conhecimento em suas várias formas de expressão e campos de investigação científica, cultural e tecnológica;

II. formar e qualificar continuamente profissionais nas diversas áreas do conhecimento, zelando pela sua formação humanística e ética, de modo a contribuir para o pleno exercício da cidadania, a promoção do bem público e a melhoria da qualidade de vida, particularmente do amazônida;

III. cooperar para o desenvolvimento regional, nacional e internacional, firmando-se como suporte técnico e científico de excelência no atendimento de serviços de interesse comunitário e das demandas sócio-político-culturais para uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa

A Universidade hoje

Atualmente, a Universidade Federal do Pará é uma instituição federal de ensino superior, organizada sob a forma de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Ensino Superior (SESu). O princípio fundamental da UFPA é a integração das funções de ensino, pesquisa e extensão. O atual Reitor é o Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho, eleito para o quadriênio 2016-2020.

A UFPA é constituída por 15 institutos, oito núcleos, 36 bibliotecas universitárias, dois hospitais universitários e uma escola de aplicação. Segundo o Anuário Estatístico de 2018, ano base 2017, elaborado pela Pró-reitoria de Planejamento, o ensino de graduação alcançou a marca de 38.865 mil estudantes; a pós-graduação, em torno de 9.249 estudantes; o ensino fundamental e médio, 1.051 alunos. Há, ainda, 6.769 estudantes matriculados em cursos de ensino técnico e cursos livres das Escolas de Música, Teatro e Dança e de Línguas Estrangeiras.

Assim, a maior universidade pública da Amazônia possui, especificamente, 4.411 alunos matriculados no mestrado; e 2.271, no doutorado. São 120 cursos, distribuídos por 40 doutorados, 58 mestrados acadêmicos e 22 mestrados profissionais. Dos 85 programas da UFPA, 12 estão em campi do interior do Estado.

O Campus Universitário de Abaetetuba, também, conhecido como Campus do Baixo Tocantins, foi implantado em 1987, sob a coordenação da professora Conceição Solano, indicada a esse cargo pelo reitor da época, o Profº. José Seixas Lourenço. O campus se

localiza no município de Abaetetuba que é composto por mais de 60 ilhas bastante povoadas, 30 comunidades que vivem à beira da estrada, além da cidade, zona urbana, com quase aproximadamente 170 mil habitantes, segundo o último censo do IBGE.

Os primeiros cursos de graduação ofertados no Campus de Abaetetuba foram as licenciaturas em Matemática, Letras, Pedagogia, História e Geografia, todos em regime intervalar (atual Período Intensivo). As aulas eram ministradas nas escolas cedidas na época pela prefeitura municipal local, por meio de parceria com a UFPA, o que se tornou de fundamental importância para a implantação do Campus, pois, além de oferecer espaço físico para o desenvolvimento dos cursos, alojamento para professores, doou também as terras para a construção do campus. Através desta parceria, o campus pode contar, ainda, com a cedência de servidores municipais para apoio administrativo como vigilantes, secretários e motoristas.

Cursos - Dos cursos de graduação que começaram no Campus, apenas o de Matemática, Letras Lingua Portuguesa e Pedagogia continuam suas atividades, os mais recentes são os cursos de Engenharia Industrial, Educação do Campo, Serviço Social, Física e Letras-Espanhol.

DA OFERTA DO CURSO NO CAMPUS DE ABAETETUBA

Em 2009, foi criado o Curso de Licenciatura em Letras ? Língua Espanhola (doravante, LLE), no Campus Universitário de Abaetetuba, por meio de uma ação da Faculdade de Ciências da Linguagem (FACL). Desde a implantação do Mercosul, o ensino de espanhol se tornou necessário no contexto educacional brasileiro, o que foi confirmado com o advento da Lei n° 11.161/2005, que tornou obrigatória a oferta de língua espanhola nos estabelecimentos de Ensino Médio, buscando atender aos interesses político-econômicos do Brasil com países hispano-falantes.

A oferta dessa disciplina, obrigatória para a escola e facultativa para o aluno, abre um novo caminho para o ensino de LE no país, em especial o espanhol, buscando uma reflexão acerca do lugar que essa língua pode e deve ocupar no processo educativo. Acerca dessa avaliação, Junguer (2005, p.32) coloca que: ?(...) é relevante aprender LE quando e porque isso reflete uma demanda verdadeira, ou seja, atende a objetivos concretos, dentro da realidade social

dos aprendizes?.

Dentro dessa perspectiva, na época da promulgação da Lei supracitada, o então Ministro da Educação Tarso Genro declarou que: ?o Ministério da Educação está há tempos desenvolvendo estudos para a implantação do ensino obrigatório do Espanhol nas escolas, dada a importância que tem o espanhol, não somente no Mercosul, mas em todo o mundo? (GENRO, 2005 apud. NOGUEIRA, 2007).

Diante do reconhecimento da importância do ensino da língua espanhola nas escolas brasileiras e do início da implantação da Lei, surgem alguns problemas que requerem soluções rápidas, isso em função do tempo que dispõe o Governo para viabilizar o que na Lei está escrito: implantação em até cinco anos a partir de sua promulgação.

Um dos problemas a ser resolvido é a falta de professores habilitados para por em prática o ensino desse idioma, isso porque existe apenas um número ínfimo de professores de espanhol e, ainda, a maioria desses é adepta de uma visão simplista e distorcida sobre a língua. Esse equívoco quanto à língua espanhola é resultado de um processo histórico de relação de proximidade entre o português e o espanhol, o que levou ao surgimento de estereótipos sobre o espanhol entre os brasileiros, os quais, entre outras coisas, reduzem as diferenças a uma lista de palavras consideradas ?falsas amigas?, induzindo, a uma concepção errônea de que bastaria conhecer bem essas armadilhas para dominar esse idioma (BRASIL, 2007). Sobre esse aspecto, González já dizia em um artigo publicado em 2000 que:

[...] a prática de ensino-aprendizagem de espanhol ainda ocorre no Brasil com certa ?espontaneidade? pelo fato de apoiar-se num ?vazio de reflexão? ou, pelo menos, num conjunto de ?reflexões fragmentárias? que estimulam uma certa improvisação e precariedade (apud. CELADA, 2002, p. 118).

Sobre esse quadro, um estudo preparado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC) mostra que existe anualmente um déficit de 13,2 mil professores dessa disciplina, com carga horária de 20 (vinte) horas para suprir a demanda. Já na Região Norte do país a situação ainda é mais agravante: faltam aproximadamente 3 mil professores.

Foi justamente com a intenção de auxiliar no suprimento dessa necessidade que a FACL implantou, em 2009, uma Licenciatura em Letras ? Língua Espanhola, como um espaço em

que se podem disponibilizar meios para discutir teorias e métodos de ensino-aprendizagem, unindo a expansão da demanda de professores dessa disciplina à qualidade de sua formação profissional, não apenas para atender às demandas do município de Abaetetuba, mas para atender a toda região do Baixo Tocantins e do Vale do Acará.

Além dessas iniciativas, o Ministério da Educação tem realizado parcerias e promovido discussões sobre o ensino de espanhol nas escolas brasileiras, bem como examinado a produção de materiais didáticos que possam apoiar o ensino dessa língua.

JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

Na Universidade Federal do Pará, a maior das universidades do Norte do Brasil, dos 270 cursos regulares de graduação e pós-graduação distribuídos entre Belém e os doze campi, existem apenas três de Letras Língua Literatura Espanhola, um na capital e dois no interior. Uma delas é Abaetetuba. Curso que, juntamente com a Letras Português, forma a faculdade de Ciências da Linguagem (FACL).

O contato com a língua espanhola aqui é fundamental, principalmente no Brasil, o espanhol é familiar e permite, para os que o aprendem a língua, uma integração não somente de cunho acadêmico e científico, mas também cultural e geográfico. Pois trata-se da quarta língua mais falada do mundo, segundo pesquisa da Universidade metodista de São Paulo(2021). Enquanto isso, aqui, e particularmente numa cidade do interior como Abaetetuba, sem dúvida, a oferta do curso de Letras ? Língua Espanhola em sua nova configuração visa promover uma maior integração com a língua, cultura e literatura latino-americana. Diante disto, vale a pena perguntar sobre o valor final da integração regional. Os amazônicos paraenses se consideram realmente latino-americanos? Será que adiantará a este Brasil sentir ou fazer parte de algo que pouco e mal conhece? Estamos convencidos de que sim. Por três razões. A primeira, que partilhamos uma história de pré-colonização, colonização, pós-colonização e anti-colonização, primeiro peninsular e depois, a vários níveis, urbano-local. A segunda, que a América Latina, como se sabe, não é uma essência ou um fato apriorístico baseado nesta ou naquela capital à qual devemos necessariamente nos

adaptar. Como qualquer processo cultural, ele é permanentemente reconstruído, o que torna absolutamente legítimo fazê-lo e a partir de Abaetetuba, por exemplo. E a terceira razão é que a verdadeira integração regional é a única alternativa para enfrentar as influências separatistas e neocolonialistas que operam em diferentes graus tanto no Brasil como em todo o continente.

É por isso que, desviando-se dos programas tradicionais, o Curso recusa a simples ?espanholarização?, à tradicional categorização dos gêneros, à reprodução abusiva e já naturalizada de noções como ?realismo mágico? ou ?boom?. a sobreposição da língua aos imaginários, a transformar-nos numa escola de línguas ou fábrica de professores e em geral a qualquer reducionismo que nos encurrale sob uma unidirecionalidade em relação ao mundo hispânico.

A razão que nos leva a isso é de natureza ético-profissional: a do professor formador de disciplinas, homens e mulheres, críticos que se espalharão pelos bairros do interior de Abaetetuba como professores de língua e literatura espanhola e para os quais necessitam para expandir e fortalecer seu conhecimento. Em particular, num diálogo aberto com a tradição do universo amazônico paraense dos três cursos ofertados na UFPA, a saber Campus Castanhal e Belém. O curso ofertado no campus de Abaetetuba é o que mais se integra à visão de mundo ribeirinha. E a forma mais adequada de o conseguir é através de um processo interdisciplinar e gradual, profissionalizando os alunos na língua e nas letras espanholas e que, a partir da sua realidade imediata, crie neles uma consciência conversacional latino-americana. Esses jovens que mal saíram do seu habitat ribeirinho (poucos conhecem Belém), porém, não precisam renunciar ao seu mundo, nem precisam negar conhecer os atributos da metrópole moderna. É neste diálogo transcultural que devem moldar a sua disposição docente, intelectual e transformadora, pois são eles que estão a criar a América Latina do século XXI.

Este desafio, porém, não pode prescindir do compromisso da UFPA como instituição responsável pela produção de conhecimento para poder (entre a sede e Abaetetuba) criar um desenvolvimento socioeconômico capaz de suprir a grave carência que afeta os atuais e os futuros professores do Curso. O apoio institucional que respeite e promova a sua autonomia e pertinência é aqui fundamental, uma vez que um dos principais desafios é a integração dos licenciados no mercado de trabalho. A área trabalhista, como sabemos, é sempre relativa à grave carência da obrigatoriedade do espanhol como segunda (ou terceira, se pensarmos em

Libras) língua nas escolas públicas do município e arredores.

É pela mesma razão que gradualmente o curso, através da formação mais atualizada de professores, tem incorporado novas metodologias, especialmente no que diz respeito ao ensino de línguas, embora inclua também as TICs para a formação na área dos estudos literários. Por exemplo, temos atualmente dois laboratórios (LABINFRA) que respondem cada um às necessidades, por um lado, de desenvolvimento de competências linguísticas (fonética e fonológica), o Laboratório de Línguas; e de outro, o Laboratório Multimídia, que tem como objetivo ensinar a cultura e a literatura latino-americana por meio de recursos multimídia.

Dessa forma, procura-se avançar na profissionalização integral dos estudantes para que sejam capazes de atender às demandas urgentes do contexto sociocultural. Nesse sentido, o percurso de Abaetetuba tem como elemento determinante e diferenciador o diálogo entre a realidade urbana e a realidade rural/interior/ribeirinha/insular. É nesse contato que os alunos se formam, e para isso aplicamos ferramentas teórico-práticas que unem esses dois mundos que não são exclusivos. Outro caso exemplar é o autoconhecimento e a autonomia que os alunos assumem no seu processo particular de aprendizagem do ELE, colocando ao seu serviço as redes sociais e outras plataformas da Internet.
Dessa forma, o novo cenário deste Brasil do século XXI e de um interior que se abre cada dia mais para a inovação de um mundo globalizado, mas também que resiste a partir de suas próprias manifestações culturais, é o que os professores do curso colocam como elemento essencial.

GESTÃO DO CURSO

A. DIREÇÃO DA FACULDADE

A Direção da Faculdade de Ciências da Linguagem ? FACL é constituída por um diretor e um vice-diretor. São atribuições do Diretor: (1) acompanhar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da FACL ; (2) coordenar e executar o planejamento, a gestão e a avaliação das atividades desenvolvidas; (3) articular-se com os órgãos da UFPA, visando assegurar o fluxo sistemático de informações relativas à FACL (4) supervisionar o encaminhamento de processos, projetos, solicitações de discentes, docentes e servidores técnico-administrativos; (5) orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelos

servidores técnico-administrativos lotados na FACL; (6) orientar e supervisionar as atividades dos bolsistas que atuam na FACL; (7) supervisionar o plano de oferta de disciplinas; (8) supervisionar as atividades relativas à matrícula; (9) participar de reuniões para as quais for convocado; (10) assinar atestados, certificados e declarações; (11) promover atividades de avaliação e atualização do Projeto Pedagógico dos cursos da FACL; (12) solicitar abertura de processo seletivo ou de concurso público para professor, quando necessário; (13) alocar espaço físico para as atividades acadêmicas; (14) supervisionar a elaboração do relatório anual, encaminhando-o ao órgão competente; (15) elaborar o calendário de reuniões; (16) planejar, convocar e conduzir reuniões ordinárias e extraordinárias da FACL; (17) organizar cerimônias de colação de grau; (18) solicitar à Divisão de Gestão providências quanto à aquisição e manutenção de materiais e equipamentos; (19) acompanhar o controle dos bens patrimoniais da FACL; (20) responder pelo inventário patrimonial da FACL; (21) representar a FALEM em diferentes eventos dentro e fora da UFPA; (22) representar a FACL em caso de infração disciplinar; e (23) adotar, em caso de urgência, medidas indispensáveis, ad referendum do Conselho, submetendo seu ato à ratificação em reunião subsequente. Hoje a direção da Faculdade de Ciências da Linguagem está com professor Dr. Alessandro Nobre Galvão

B. VICE DIREÇÃO DA FACULDADE

Ao Vice-Diretor compete: (a) substituir o Diretor em suas faltas e impedimentos; (b) colaborar com este na coordenação das atividades acadêmico-administrativas; e (c) desempenhar as funções que lhe forem delegadas pelo titular ou determinadas pelo Conselho da FACL. Hoje o vice diretor é o professor Dr Esequiel Gomes da Silva.

C. COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras ? Língua Espanhola é composta pelos docentes do referido curso, dentre os quais um coordenador indicado pelos demais docentes, por um mandato de dois anos. Compete a Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras ? Língua Espanhola : (1) planejar, definir e supervisionar a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão concernentes ao Curso; (2) estabelecer os programas das atividades acadêmico-curriculares do Curso; (3) indicar seu Coordenador; e (4) propor a composição do Núcleo Docente Estruturante do Curso. O coordenador do Curso de

Licenciatura em Letras ? Língua Espanhola pode ter carga horária de até 40h para o desempenho de suas atribuições, quais sejam: (a) auxiliar a Direção da FACL da formulação de políticas acadêmico-administrativas; (b) auxiliar a Direção da FACL na orientação acadêmica dos alunos; (c) auxiliar a Direção da FACL e a Secretaria da FACL no processo de matrícula; (d) acompanhar o percurso acadêmico dos alunos; (e) alocar turmas aos professores de acordo com sua disponibilidade; (f) reunir periodicamente com os professores; (g) elaborar atas das reuniões da Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras ? Língua Espanhola ; (h) propor bancas para concursos públicos e processos seletivos de professor; (i) exercer outras atividades, compatíveis com suas atribuições, que assegurem o eficaz desempenho da função; (j) articular-se com a Direção da FACL, visando a assegurar o fluxo sistemático de informações relativas ao Curso de Licenciatura em Letras ? Língua Espanhola ; (k) elaborar o plano de oferta de disciplinas do Curso de Licenciatura em Letras ? Língua Espanhola; (l) participar de reuniões para as quais for convocado; (m) assinar atestados, certificados e declarações; (n) presidir o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Letras ? Língua Espanhola ; (o) solicitar abertura de processo seletivo ou de concurso público para professor, quando necessário; (p) auxiliar a Direção da FACL na elaboração do relatório anual a ser encaminhado ao órgão competente; (q) elaborar o calendário de reuniões da Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras ? Língua Espanhola; (r) planejar, convocar e conduzir reuniões ordinárias e extraordinárias da Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras ? Língua Espanhola; (s) solicitar à Direção da FACL providências quanto à aquisição e manutenção de materiais e equipamentos; e (t) representar o Curso de Licenciatura em Letras ? Língua Espanhola em diferentes eventos dentro e fora da UFPA. Atualmente a Coordenadora do curso é a professora Ma. Anne Leticia de Sousa Cipriano Barros.

D. COLEGIADO DO CURSO

O órgão colegiado da FACL é o seu Conselho, o qual é integrado pelos seguintes membros: (1) o Diretor; (2) o Vice-Diretor; (3) os Coordenadores dos Cursos de Graduação; (4) os demais membros do corpo docente; (7) o representante do corpo técnico-administrativo; e (8) o representante do centro acadêmico da FACL, (9)representante do curso de Letras-Lingua Espanhola e Letras- Lingua Portuguesa. Além de definir e instituir a política acadêmica dos cursos vinculados à FACL e de deliberar e opinar sobre assuntos de natureza acadêmico-administrativa (cf. Artigo 45 do Estatuto da UFPA), ao Conselho da FACL

compete: (a) deliberar sobre o Regimento Interno da FACL (b) definir, gerenciar e avaliar o funcionamento acadêmico-administrativo da subunidade, em consonância com as normas da UFPA e com a legislação em vigor; (c) elaborar e aprovar resoluções para o funcionamento acadêmico-administrativo; (d) propor a criação, o desmembramento, a fusão, a extinção e a alteração de qualquer instância acadêmico-administrativa vinculada à FACL; (e) avocar a si o exame e a deliberação sobre matéria de interesse da FALEM; (f) julgar os recursos que lhe forem interpostos; (g) designar, entre os docentes da FACL, pareceristas para opinar sobre assuntos pertinentes à FACL; (h) decidir as questões referentes ao aproveitamento de estudos em línguas estrangeiras, conforme resolução aprovada pelo Conselho da FACL; (i) aprovar equivalências entres disciplinas com base nas decisões das Coordenações os Cursos da FACL; (j) solicitar a realização de concursos públicos e de processos seletivos para professor substituto; (k) propor e aprovar bancas para processos seletivos de professor; (l) exercer o poder disciplinar na forma da legislação vigente; (m) deliberar sobre o veto do Diretor; (n) designar Comissões para analisar situações ligadas a sua atuação; (o) escolher por votação entre seus membros, docentes para representar a FACL nas instancias colegiadas intermediárias ou superiores; (p) organizar e realizar as eleições para a direção/coordenação da FACL; e (q) propor, motivadamente, pelo voto de dois terços (2/3) de seus membros, a destituição do Diretor e do Vice-Diretor. O Conselho da FACL se reúne mensalmente em caráter ordinário e extraordinário, sempre que necessário.

E. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, (1)acompanhar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, tendo em vista a preservação de sua atualidade, em face das demandas e possibilidades do campo de atuação profissional e da sociedade, em sentido amplo; (2) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso, considerando suas Diretrizes Curriculares Nacionais, quando houver, bem como a necessidade de promoção do desenvolvimento de competências, visando à adequada intervenção social do profissional, em seu campo de atuação; (3) indicar formas de articulação entre o ensino de graduação, a extensão, a pesquisa e a pós-graduação, considerando as demandas específicas do Curso e de cada área do conhecimento; (4)zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo. Atualmente o NDE de Língua Espanhola é composto pelos seguintes professores: Profº Dr. Marco Antonio Chandia Araya ? presidente; Profª Dra. Raimunda

Dias Duarte- Membro; Profª Ma. Elenilce Reis Farias Peixoto- Membro e Profª Ma. Anne Letícia de Sousa Cipriano Barros - Membro

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Letras - Língua Espanhola
Local de Oferta: CAMPUS ABAETETUBA
Endereço de Oferta: Rua Manoel de Abreu, Mutirão,
Bairro: Mutirão
CEP: 68440000
Número: 00
Complemento:
Cidade: Abaetetuba
Forma de Ingresso: Processo Seletivo
Número de Vagas Anuais: 26
Turno de Funcionamento: Matutino
Turno de Funcionamento: Vespertino
Turno de Funcionamento: Noturno
Turno de Funcionamento: Integral
Modalidade Oferta: Presencial
Título Conferido: LETRAS - LÍNGUA ESPANHOLA
Total de Períodos: 8
Duração mínima: 4.00 ano(s)
Duração máxima: 6.00 ano(s)
Total de Períodos: 8
Duração mínima: 4.00 ano(s)
Duração máxima: 6.00 ano(s)
Total de Períodos: 9
Duração mínima: 4.50 ano(s)
Duração máxima: 6.50 ano(s)
Total de Períodos: 8
Duração mínima: 4.00 ano(s)
Duração máxima: 6.00 ano(s)
Carga Horária Total em Hora-relógio [60 Minutos]: 3300 hora(s)
Carga Horária Total em Hora-aula [50 Minutos]: 3960 hora(s)

Período Letivo: Intensivo; Extensivo;

Regime Acadêmico: Seriado

Forma de Oferta de Atividades: Modular e Paralela

Ato de Criação: RESOLUÇÃO N. 3.742-A, DE 18 DE AGOSTO DE 2008

Ato de Reconhecimento: PORTARIA No 525, DE 26 DE JULHO DE 2018

Ato de Renovação: EM TRAMITAÇÃO

Avaliação Externa: IGC: 4, Ano 2017

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO (FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

A Universidade Federal do Pará (UFPA) destaca-se pela formação de profissionais qualificados enquanto sujeitos críticos, criativos e autônomos, indispensáveis para o exercício da cidadania. Consciente de seu papel na sociedade e valendo-se dos seus direitos, o indivíduo participante da vida política requere o cumprimento dos deveres assumidos pelos governantes de forma a assegurar e oferecer condições à sua integração na sociedade. Assim sendo e diante de uma compreensão ampla e contextualizada de educação, a UFPA segue os preceitos da Resolução CNE/CP no 2/2015 e garante a oferta dos conhecimentos específicos e interdisciplinares e igualmente dos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão de educação (seus fundamentos e metodologias), direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), garantida pelo Decreto no 5.626/2005, educação especial e direitos educacionais dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras- Língua Espanhola do Campus Universitário do Baixo Tocantins / Abaetetuba. Esse Projeto Pedagógico fortalece a indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, atributos inerentes às Universidades, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional no 9.394/1996, o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Nacional de Extensão. Para tanto, esse curso dedica-se a formar profissionais para atender os anos finais do ensino fundamental e, sobretudo, o ensino médio, articulando teoria e prática no processo de formação de docentes nessa área atuação, bem como busca promover a participação da população visando transformar o contexto social na região do Baixo Tocantins. Além da articulação entre teoria e prática e da indissociabilidade do tripé (ensino, pesquisa e extensão), os fundamentos norteadores para a formação de professores de espanhol para a

educação básica assentam-se também no princípio da interculturalidade. Em um momento em que a globalização subjuga e inferioriza as culturas que escapam dos padrões do Norte global (EUA e Europa), Fleuri (2001) alerta para a tendência a homogeneização cultural e defende a luta pela ?existência no campo simbólico? (p.46) dos grupos socialmente silenciados. Com efeito, a pluralidade cultural é um dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Fundamental e Ensino Médio que concebem a aprendizagem de línguas estrangeiras como uma oportunidade para ampliar os horizontes e superar as manifestações de hostilidade contra indivíduos de nacionalidades diferentes (xenofobia). Nesse cenário de intensas práticas de deslocamentos demandadas por problemas econômicos, políticos e sociais na América Latina, o aprendizado da língua espanhola pode contribuir para ?a compreensão mútua entre os seres humanos [...], daqui para frente, vital para que as relações humanas saiam do seu estado bárbaro de incompreensão? (MORIN,2011, p.18). Outro aspecto a ressaltar nesse documento que norteia as ações pedagógicas do professor de espanhol em formação é a interdisciplinaridade. Ela emerge no contexto europeu, principalmente na França e na Itália, na década de 1960, tendo Georges Gusdorf como precursor, conforme localiza Fazenda (1994). Segundo essa autora, aquele filósofo afirmava que a aproximação e a confluência epistemológica entre as ciências humanas e naturais explicam a inexistência de ?uma corrente filosófica capaz de proporcionar uma forma unificada de conhecimento? (p.28). Nesse contexto, a ação interdisciplinar consiste no entrelaçamento dos diferentes elementos que subsidiam a formação humana, principalmente a do educador, de modo a possibilitar uma visão holística dos problemas que se tornam cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários. (MORIN, 2011, p.33). A sala de aula, portanto, deve-se constituir no locus dessa abordagem interdisciplinar, onde o ensino deve guardar os princípios estabelecidos pela Carta Magna da Educação (a LDB), também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, referente a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, garantido também pela Constituição Federal (Art. 206)

OBJETIVOS DO CURSO

O objetivo do Curso de Licenciatura em Letras-Língua Espanhola do campus de Abaetetuba é formar professores competentes em língua e literatura espanhola para atuação na Educação Básica, instrumentalizar pessoas para atuação numa sociedade contemporânea e na

proximidade que temos com o Mercosul capazes de lidar, de forma participativa e crítica, com as várias manifestações da linguagem.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

A formação do Licenciado em Letras Língua Espanhola exige um perfil profissional que requer do indivíduo não apenas saberes específicos da área, mas a condição de mobilizá-los em contextos educacionais, enfatizando a relação entre conceitos, procedimentos e atitudes.
Nessa perspectiva, a competência, concebida como a capacidade de mobilizar e articular os diferentes elementos que compõem os saberes e habilidades linguísticas e literárias próprias de sua área de atuação passa a ser um elemento primordial para a profissionalização. Assim sendo, o profissional de Letras Língua Espanhola apresenta as seguintes competências e habilidades previstas pelas Diretrizes Curriculares: O professor de Letra-Língua Espanhola deve ser capaz de exercer a docência de forma interdisciplinar, de fazer uso de recursos tecnológicos para interação e didatização de saberes sobre a língua e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente.

O aluno tem, ainda, que ser capaz de perceber a escola como instituição promotora da cidadania, atuando profissionalmente com base em princípios democráticos, considerando a diversidade como um fator inerente às sociedades humanas e como motor para uma prática inclusiva. Para promover a inclusão, esse profissional precisa perceber os processos de ensino e de aprendizagem escolares da língua e da literatura em espanhol como atravessados por coerções sociais, culturais, econômicas e institucionais, estreitamente ligados com os fatores próprios do interior de Abaetetuba.
O Curso de Licenciatura em Letras ? Língua Espanhola, ofertado pela Faculdade de Ciências da Linguagem, está sendo pensado, portanto, na perspectiva de que a graduação deve ser prioritariamente formativa e não simplesmente informativa.

Isso significa que não é um curso que vise, exclusiva e prioritariamente, ao aprendizado da norma culta da língua espanhola, em sua modalidade escrita, por exemplo. Mas um curso que possibilite o desenvolvimento da capacidade de refletir criticamente sobre os fatos culturais, linguísticos e literários dessa língua, através da análise, da descrição, da interpretação e da explicação, à luz de uma fundamentação teórica pertinente, tendo em vista, além da formação de usuário da língua e de leitor de mundo, a formação de

profissionais aptos a ensinar essas habilidades ou destrezas.

É importante destacar que não se está entendendo aqui competência como um conceito fechado e dado a priori. Mas de uma competência contingenciada por demandas gerais da sociedade brasileira e específicas da Universidade e do próprio curso e no contexto paraense específico.

COMPETÊNCIAS

O Curso de Licenciatura em Letras Língua Espanhola visa a formação inicial de professores para o ensino de espanhol como língua estrangeira no âmbito da Educação Básica, diante disso, torna-se essencial promover o desenvolvimento dos fundamentos e princípios que a Resolução N. 4 de 29 de maio de 2024 que estabelece para a formação dos profissionais do Magistério demonstrar conhecimento e compreensão da organização epistemológica dos conceitos, das ideias-chave, da estrutura da(s) área(s) e componentes curriculares para os quais está sendo habilitado para o exercício da docência; Dominar os conteúdos básicos que são objeto do processo ensino-aprendizagem nos anos finais do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, exercendo atividades de docência na área de Língua Espanhola; (2)Construir práticas didático-pedagógicas viáveis e pertinentes para o planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem; (3)Desenvolver investigações consistentes sobre os aspectos linguísticos e literários através dos quais a linguagem se manifesta;(4) Refletir analítica e criticamente sobre a linguagem como fenômeno social, psicológico, educacional, histórico, cultural, político e ideológico;(5) Desempenhar o papel de multiplicador, visando a formação de leitores críticos, intérpretes e produtores de textos de diferentes gêneros; (6)Desenvolver práticas colaborativas de formação continuada, atentando para as necessárias adaptações aos processos de mudanças sociais que envolvem o trabalho desenvolvido; (7)Utilizar novas tecnologias aplicadas à educação e recursos digitais que contribuam para a construção do conhecimento; (8)Adotar uma visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias que fundamentam sua prática pedagógica;(9)Comprometer-se com a ética e a responsabilidade inerentes ao trabalho docente; (10) Valorizar os diferentes contextos interculturais, percebendo a diversidade como vantagem pedagógica;(11) Dominar o repertório de termos especializados com os

quais se pode discutir a fundamentação do conhecimento da língua, da cultura e da literatura hispano-americana; (12)Desenvolver práticas colaborativas; (13) Comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos saberes que compõem a sua formação profissional.

ESTRUTURA CURRICULAR

O Curso de Licenciatura em Letras ? Língua Espanhola constitui-se de quatro eixos: I- o eixo de formação pedagógica , comportando os saberes necessários da área de educação; II - O eixo da formação específica na área de Língua Espanhola em que divide-se em saberes linguísticos, metalinguísticos e literários e saberes sobre ensino aprendizagem; III - O eixo da formação da prática docente com a dimensão de aplicação de saberes teórico práticos; IV- O eixo da formação extensionista com a dimensão de saberes extensionistas, com os quatro núcleos de formação dispostos na resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024. Deste modo, a contabilidade acadêmica do Curso está assim organizada: Eixo I,Eixo II, Eixo III e Eixo IV totalizam 3.240 (três mil duzentas e setenta) horas e o Projeto Pedagógico inclui 60 (sessenta) horas de atividades complementares, somando um total de 3.300 (três mil e trezentas) horas.

Este Projeto pedagógico fundamenta-se na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, considerando que a ação do profissional do magistério deve articular teoria e prática, investigação e reflexão crítica em uma perspectiva interdisciplinar. Com base nessa concepção, foram traçados os fundamentos que o norteiam, que se subdividem em princípios epistemológicos, didático-pedagógicos e éticos organizados nos eixos. O eixo de formação pedagógica com 885 horas inclui os estudos de formação geral do campo educacional, seus fundamentos e metodologias e das diversas realidades educacionais compreendendo os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais. O eixo de formação específica na área da Língua Espanhola com 1.620 horas trata dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento para apropriação da língua e para o domínio pedagógico desses conteúdos, apresentação componentes curriculares relativos ao ensino/aprendizagem do ELE; o eixo da formação da prática docente com 405 horas reúne as atividades de estágio do do Curso; e o eixo da formação extensionista reúne 330 horas de atividades de de extensão. Com o intuito de enriquecer

ainda mais a formação do futuro licenciado em letras, na matriz curricular também contempla 60 horas em Atividades Complementares. Acreditando que ensinar uma língua implica a busca de um equilíbrio entre saber usar a língua, saber refletir sobre a língua e saber ensinar a língua, bem como obter oportunidades de enriquecimento conceitual, metodológico e prático em outras esferas que visa que o futuro professor poderá exercer sua profissão com eficiência e ter condições de buscar, após a obtenção do grau de licenciado, um aperfeiçoamento contínuo. As atividades que compõem o eixo de formação pedagógica incluem os conhecimentos educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais. Os componentes curriculares vinculados a esse grupo são: COMPREENSÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS (60H); CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO NO ENSINO(60H); DIDÁTICA, FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE (60H) EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE (60H); FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO (45H); FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (60H); FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO (60H); FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (60H); LIBRAS (60H) METODOLOGIA DE PESQUISA (60H); MULTICULTURALISMO E ETNICIDADE (60H); PERSPECTIVAS DECOLONIAIS NA EDUCAÇÃO (60H); POLÍTICA LINGUÍSTICA NA AMERICA LATINA(60H); PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO (60H) essas disciplinas são de fundamental importância para adequar o diálogo pedagógico às necessidades e às peculiaridades dos educandos. No eixo da formação específica na área de Língua Espanhola em que divide-se em saberes linguísticos, metalinguísticos e literários com os seguintes componentes curriculares CULTURAS ESTÉTICAS PRÉ-HISPÂNICAS (60h); ESTUDOS CULTURAIS LATINO-AMERICANOS (60H); ESTUDOS ESTÉTICOS-LITERÁRIOS (60H); FONÉTICA E FONOLOGIA DO ESPANHOL (60H); FUNDAMENTOS DA LINGUÍSTICA (60H); FUNDAMENTOS DA TEORIA LITERÁRIA (60H) LABORATÓRIO DE ELABORAÇÃO DE TCC (30H); LINGUA ESTRANGEIRA INSTRUMENTAL - INGLES (30H) LINGUÍSTICA APLICADA EM LE (60H) MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO E MODERNISMO/VANGUARDISMO LATINO-AMERICANO (60H); MORFOSSINTAXE DO ESPANHOL (60H); TEORIA CRÍTICA LITERÁRIA LATINO-AMERICANA CONTEMPOR NEA (60H) TEORÍA CRÍTICA LITERÁRIA LATINO-AMERICANA MODERNA (60H) TEORIAS DOS USOS DA LÍNGUA (60H) TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (60H); LÍNGUA ESPANHOLA I (90H); LÍNGUA ESPANHOLA II (90H); LÍNGUA ESPANHOLA III (90H); LÍNGUA ESPANHOLA IV (90H); LÍNGUA ESPANHOLA V (60H); LINGUA ESPANHOLA VI (60H) esses componentes curriculares estão relacionados à reflexão

sobre a língua e suas literaturas e também preparam os alunos quanto ao uso da língua. As disciplinas específica para aquisição da Lingua Espanhola, estas divididas em 6 componentes curriculares que somam 480 horas e que visam o desenvolvimento das habilidades e competência da prática da língua e ações voltadas ao desenvolvimento do uso da língua que deverão levar os alunos, no que se refere à proficiência em Espanhol, a atingir os níveis propostas pelo marco comum europeu para ensino de línguas (MCER), conforme grade de avaliação do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, adotada como medida internacional de aferição de competência linguageira. Nessas seis disciplinas de língua deve ser utilizado o manual ?Español em Marcha? A distribuição das lições do manual será a seguinte: Língua Espanhola I (Español en Marcha A1); Língua Espanhola II (Español en Marcha A2); Língua Espanhola III (Español en Marcha B1); Lingua Espanhola IV (Español en Marcha B2) Língua Espanhola V (Español en Marcha C1); Língua Espanhola VI (Español en Marcha C2)). As aulas das seis disciplinas de língua e de todas as que estejam relacionadas direta ou indiretamente com a apredizagem de conteúdos ligados com a língua e cultura espanhola devem ser ministradas em língua espanhola, não podendo os professores utilizar a língua portuguesa como veicular em sala de aula nem nos trabalhos e atividades solicitados aos alunos. O objetivo é possibilitar que os alunos possam aprimorar seu domínio da língua meta com a qual desejam trabalhar. E há também nesse núcleo a dimensão saberes sobre ensino aprendizagem que apresenta os seguintes componentes ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE MATERIRAIS DIDÁTICOS EM LE (30h) INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO (30h) METODOLOGIA NO ENSINO DO ESPANHOL (60h) O TEXTO LITERÁRIO NO ENSINO DE ESPANHOL (30h) PRÁTICA DE COMPREENSÃO E PRODUÇÃO ESCRITA EM ESPANHOL (60h) PRÁTICA DE COMPREENSÃO E PRODUÇÃO ORAL EM ESPANHOL (60H) TECNOLOGIA E MÍDIAS DIGITAIS NO ENSINO APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS (30H) que propõem o a formação e a reflexão no processo de ensino aprendizagem da língua do indivíduos enquanto alunos e também enquanto futuros professores de línguas. Os saberes sobre a língua incluem os conhecimentos metalinguísticos relativos à fonética e à fonologia, à morfossintaxe, à semântica, à organização textual-discursiva, à pragmática, às literaturas, bem como aos demais aspectos culturais expressos na Língua Espanhola.

Os seguintes componentes ESTÁGIO SUPERVISIONADO I : OBSERVAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (45H); ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: OBSERVAÇÃO DO TRABALHO DE INCLUSÃO (60H) ESTÁGIO SUPERVISIONADO III: OBSERVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA AS

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (60H) ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: OBSERVAÇÃO DA DIDÁTICA E USO DAS TIC'S (60H) ESTÁGIO SUPERVISIONADO V: REGÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL/ PRÁTICAS METODOLÓGICAS E DIDÁTICAS NO ENSINO DA LÍNGUA ESPANHOLA (90H) e ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO MÉDIO (90H) compõem o eixo da formação da prática docente com a dimensão de aplicação de saberes teórico práticos promoverá ao alunos observação do fazer docente e também de prática o ato de ensinar, partindo da atividades de estágio distribuídas desde o segundo semestre do curso, (atendendo resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024) favorecendo assim uma formação contínua e o exercício teórico ? prática constante. E ainda no Eixo da formação extensionista com a dimensão de saberes extensionistas apresenta o seguintes componentes EXTENSÃO I (60H) EXTENSÃO II (60H) EXTENSÃO III (60H) EXTENSÃO IV (60H) EXTENSÃO V (45H) EXTENSÃO VI (45H)

O PPC compreende ainda as atividades voltadas ao enriquecimento curricular, como (i) a participação em cursos, oficinas, eventos, seminários, grupos de estudo, projetos de iniciação científica, iniciação à docência, monitoria e extensão etc.; (ii) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e as instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; (iii) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC; (iv) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social. Vale ressaltar que a dimensão ética do ensino-aprendizagem de uma língua-cultura estrangeira remete aos costumes, aos valores e, consequentemente, à cultura. Essas questões, indissociáveis do fazer do professor, estão cada vez mais presentes como objeto de ensino-aprendizagem nas aulas de LE.

METODOLOGIA

O curso de Letras- Língua Espanhola propoe uma metodolgia de acordo com às Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução no 2, de 01/07/2015, CNE/CP), que orienta os cursos de graduação para aplicarem os seguintes princípios metodológicos: i) o diálogo, entendido como relação democrática entre sujeitos capazes de transformar os conhecimentos e a própria sociedade;

ii) a pesquisa, compreendida como forma de diálogo com o novo e como meio de contato com as singularidades da prática profissional; iii) a relação teoria-prática como demanda do processo de formação, atrelada à pesquisa e à extensão; iv) a extensão como instância formativa, que possibilita o exercício antecipado e acompanhado da prática profissional. A adoção desses princípios tem em vista uma formação inicial capaz de conjugar as atividades institucionalizadas de ensino, pesquisa e extensão com os processos formativos que se dão em outros espaços formativos, institucionalizados ou não, como a vida familiar, a convivência humana e as organizações da sociedade civil.

PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A prática pedagógica no curso de Licenciatura em Letras - Língua Espanhola constitui um componente essencial para a formação inicial de professores, alinhando teoria e prática na formação docente. Fundamenta-se na perspectiva de que a prática é um espaço vital para a construção de competências profissionais, indo além da simples aplicação de técnicas de ensino para a compreensão crítica e reflexiva da própria prática educacional.

Conforme aponta Schön (1983), a prática reflexiva é central na formação docente, permitindo ao futuro professor analisar e transformar sua prática com base em uma reflexão contínua sobre suas ações e experiências em sala de aula. Essa abordagem é corroborada por Perrenoud (2000), que defende que a prática pedagógica deve estar integrada ao processo de formação inicial, permitindo ao futuro docente enfrentar desafios reais e desenvolver habilidades práticas essenciais.

Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação de Professores, as resolução n. 4 , 20/05/2024 CNE/CP destacam a importância da prática pedagógica como um componente formativo que integra as dimensões teóricas e práticas da profissão docente (Brasil, 2024). Nesse contexto, a prática pedagógica deve proporcionar experiências que permitam aos estudantes desenvolverem habilidades de planejamento, execução e avaliação do processo de ensino-aprendizagem, assim como habilidades de gestão e organização da sala de aula.

A metodologia de execução da prática pedagógica no curso de Letras - Língua Espanhola é estruturada em torno de experiências práticas realizadas em diferentes contextos educacionais, incluindo escolas de educação básica. A metodologia contempla os seguintes aspectos: (1) Planejamento e preparação: Os alunos são orientados a elaborar planos de aula detalhados, com base nas diretrizes curriculares e nas necessidades específicas de seus

alunos. A preparação inclui a seleção de recursos didáticos apropriados e a definição de estratégias pedagógicas que atendam aos objetivos de aprendizagem; (2) Execução das aulas: Durante a regência, os estudantes de licenciatura são responsáveis pela execução das aulas, colocando em prática as estratégias e metodologias previamente planejadas. Eles devem aplicar técnicas de ensino variadas e adaptadas ao perfil dos alunos e ao contexto educacional; (3) Observação e avaliação: A prática inclui a observação de aulas ministradas por professores experientes, permitindo aos alunos de licenciatura aprender com modelos de boas práticas e refletir sobre diferentes abordagens pedagógicas. Além disso, a avaliação contínua de suas próprias práticas é incentivada, com feedback fornecido por mentores e colegas (4) Reflexão crítica: Após a execução das aulas, os alunos participam de sessões de reflexão crítica, nas quais discutem suas experiências, identificam desafios enfrentados e propõem melhorias para suas práticas pedagógicas futuras. Essa reflexão é essencial para o desenvolvimento de uma prática pedagógica reflexiva e aprimorada.

As atividades propostas para a prática pedagógica estão em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura em Letras. A prática pedagógica deve: (1) Integrar teoria e prática: As atividades de prática pedagógica permitem aos alunos integrar conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso com a prática real em sala de aula; (2) Desenvolver competências profissionais: A prática pedagógica está alinhada com o desenvolvimento de competências profissionais, tais como planejamento e execução de aulas, gestão de sala de aula e avaliação de desempenho; (3) Promover a reflexão crítica: As DCN destacam a importância da reflexão crítica sobre a prática docente como um meio para aprimorar a qualidade do ensino. A metodologia proposta inclui momentos sistemáticos de reflexão e autoavaliação, que são essenciais para o desenvolvimento contínuo do professor em formação (Brasil, 2024); (4)Focar na diversidade e inclusão: A prática pedagógica deve considerar a diversidade dos alunos e promover práticas inclusivas. A formação inclui estratégias para atender a diferentes necessidades e estilos de aprendizagem, em conformidade com as diretrizes para uma educação inclusiva e equitativa.

A prática pedagógica, portanto, não apenas atende às exigências das Diretrizes Curriculares, mas também contribui para a formação de professores críticos e preparados para enfrentar os desafios da profissão com competência e sensibilidade.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado resultará da ação conjunta do professor responsável pela atividade curricular e seus alunos em instituições de ensino cadastradas na UFPA. Essa ação consistirá em trocar experiências com os atores do campo de estágio. Paralelamente às observações de aula, entendidas como recurso para aprender a ensinar, serão realizadas intervenções no processo pedagógico dessas instituições. O Estágio Supervisionado impõe ao professor responsável pela sua coordenação uma carga de trabalho significativa. Além de visitas a escolas e contatos com professores da comunidade para identificação, criação, ampliação e manutenção de campo de estágio para os alunos, as atividades diárias de orientação envolvem:

a) acompanhamento de leituras sobre teorias de ensino, teorias de aprendizagem, fatores que podem influenciar a aprendizagem e o ensino (estilos pessoais, motivação, atitudes, crenças, contextos de ensino); políticas públicas de ensino, desenvolvimento pessoal e profissional; metodologias de ensino; estratégias e instrumentos de investigação / observação de aulas /ministração dadas; avaliação (inclusive elaboração de testes);
b) visitas às escolas da comunidade para identificação, criação, ampliação e manutenção de campo de estágio para os alunos;
c) acompanhamento dos alunos ao campo de estágio para verificar o uso dos instrumentos de observação, a elaboração dos relatórios de observação ou a regência e a co-regência;
d) coordenação de encontros para discussão e reflexão sobre as experiências dos estagiários nesse campo de estágio;
e) negociação para identificação, proposição, planejamento e implementação de ações de intervenções didático-pedagógicas;
f) acompanhamento dos estagiários na elaboração de ações de intervenção: identificação e elaboração de objetivos de aprendizagem, criação e adaptação de materiais e atividades didáticos, preparação de sequências didáticas;
g) acompanhamento dos estagiários na implementação das intervenções didáticas por meio de observação e documentação da observação de suas ações;
h) coordenação das discussões e reflexões sobre as ações e sobre a validade e a adequação de ações de intervenção exógenas;
i) acompanhamento dos estagiários e professores (especialmente professores) na validação e no processo de adoção de ações didático-pedagógicas, ou de ações similares;
j) acompanhamento dos estagiários e professores no processo de avaliação de desempenho dos alunos, incluindo-se a preparação, a aplicação e a correção de testes;
k) acompanhamento dos estagiários (e professores, se for o caso) nas reflexões durante os

momentos de planejamento das aulas, de ensino e de discussão sobre as aulas dadas/observadas, para orientá-los na identificação de possíveis discrepâncias entre suas ações e suas posições teóricas; re-orientar leituras; propor ações exploratórias para ajudá-los no exame de posições teóricas diferentes, para ampliar seu repertório e instrumentalizá-los para uma tomada de posição teórica de forma mais consistente;

l) acompanhamento dos estagiários em seu desenvolvimento linguístico e na aquisição do discurso didático-científico no processo de produção escrita dos documentos inerentes ao desempenho da função de professor e no processo de falar sobre suas experiências, de correlacioná-las ao corpo teórico da área;

m) monitoramento e apoio ao uso de tecnologias educacionais: Orientar e acompanhar os estagiários na integração de tecnologias digitais e outras ferramentas tecnológicas em suas práticas pedagógicas. Isso envolve a seleção adequada de ferramentas tecnológicas, o planejamento de atividades que utilizem essas tecnologias de maneira eficaz e a avaliação do impacto dessas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. O professor responsável deve também fornecer suporte para resolver dificuldades técnicas e promover o uso consciente e crítico dessas ferramentas;

n) promoção de estratégias de inclusão e diversidade: Orientar os estagiários na implementação de práticas pedagógicas que atendam à diversidade cultural, linguística, social e de necessidades especiais presentes no ambiente escolar. Isso inclui a criação de materiais didáticos adaptados às diferentes realidades dos alunos, a aplicação de metodologias que valorizem a pluralidade de perspectivas e a promoção de um ambiente inclusivo e acolhedor. O professor deve ajudar os estagiários a identificar barreiras à inclusão e desenvolver estratégias para superá-las;

o) desenvolvimento de competências de gestão de sala de aula: Acompanhar os estagiários na prática e no aprimoramento de habilidades de gestão de sala de aula, com foco em manter a disciplina, motivar os alunos e criar um ambiente de aprendizagem positivo. Isso envolve o uso de técnicas de comunicação eficaz, a aplicação de estratégias de resolução de conflitos, a criação de rotinas que promovam a ordem e o engajamento e a adaptação das abordagens pedagógicas às necessidades do grupo. O professor deve fornecer feedback constante e sugerir ajustes nas práticas de gestão observadas.

Considerando a carga de trabalho imposta pelas atividades supramencionadas, este PPC estabelece a seguinte distribuição da carga horária docente:

Para o estágio obrigatório I, II, III, IV, V, VI, de 405 horas no total, fica estabelecido o seguinte:

Estágio I- 45h-observação
Estágio II- 60h- observação
Estágio III- 60h- observação e regência
Estágio IV- 60h- observação e regência
Estágio V- 90h- regência
Estágio VI- 90h- regência

Para o estágio não obrigatório o Conselho da Faculdade de Ciências da Linguagem estabelecerá o número de horas necessárias para que o professor supervisione esse tipo de estágio.

Composição e Estrutura do Estágio Supervisionado: Observação e Regência

O estágio supervisionado no curso de Letras Espanhol é estruturado em duas fases essenciais para a formação do futuro docente: a fase de Observação e a fase de Regência. Cada uma dessas etapas desempenha um papel crucial no desenvolvimento das competências pedagógicas e profissionais dos estagiários, permitindo a imersão gradual no ambiente escolar e a prática da docência de maneira supervisionada e orientada.

1. Fase de observação
A fase de Observação é o primeiro contato direto do estagiário com o ambiente escolar, sendo um momento fundamental para a compreensão das dinâmicas de sala de aula e do funcionamento da instituição de ensino. Durante essa etapa, o estagiário se dedica à análise crítica e sistemática das práticas pedagógicas realizadas pelos professores titulares, bem como dos processos de interação e aprendizagem dos alunos.

Objetivos da fase de observação:
? Compreensão das práticas pedagógicas: Permitir que o estagiário observe e analise diferentes metodologias de ensino, estratégias de gestão de sala de aula, técnicas de avaliação e a aplicação de materiais didáticos.
? Identificação de dinâmicas educacionais: Facilitar a compreensão das relações entre professores e alunos, o clima escolar, e os desafios enfrentados no cotidiano escolar.
? Análise crítica e reflexiva: Estimular o estagiário a refletir sobre as práticas observadas, identificando pontos fortes e áreas de melhoria, e relacionando as observações com os fundamentos teóricos estudados ao longo do curso.

Atividades desenvolvidas na fase de observação:

? Observação de aulas: Participação em aulas ministradas por professores experientes, com foco na observação de estratégias pedagógicas e na dinâmica de ensino-aprendizagem.
? Elaboração de relatórios de observação: Registro detalhado das observações realizadas, incluindo reflexões críticas e sugestões de possíveis intervenções pedagógicas.
? Discussões reflexivas: Participação em encontros com o professor orientador para discussão das observações, troca de experiências com outros estagiários, e aprofundamento teórico das práticas observadas.

2. Fase de regência

A fase de Regência marca o início da atuação prática do estagiário como docente, sob supervisão direta do professor orientador. Durante essa etapa, o estagiário assume gradualmente a responsabilidade pela condução das aulas, aplicando as metodologias e estratégias pedagógicas aprendidas, e adaptando-as às necessidades e características dos alunos.

Objetivos da fase de regência:
? Desenvolvimento da prática docente: Proporcionar ao estagiário a oportunidade de exercer a docência de forma progressiva e supervisionada, colocando em prática os conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso.
? Aperfeiçoamento da gestão de sala de aula: Permitir que o estagiário desenvolva habilidades de planejamento, organização e gestão de sala de aula, incluindo a manutenção da disciplina e a motivação dos alunos.
? Implementação de intervenções didáticas: Capacitar o estagiário a planejar e implementar sequências didáticas, criar e adaptar materiais pedagógicos, e aplicar diferentes estratégias de avaliação.
Atividades desenvolvidas na fase de regência:

? Planejamento de aulas: Elaboração de planos de aula detalhados, com definição clara de objetivos de aprendizagem, métodos de ensino e estratégias de avaliação.
? Condução de aulas: Regência das aulas, aplicando as estratégias planejadas, e adaptação das abordagens pedagógicas conforme necessário para atender às demandas dos alunos.
? Avaliação e reflexão: Realização de avaliações contínuas sobre o desempenho dos alunos e

reflexões críticas sobre a prática docente, com o objetivo de promover melhorias e ajustes nas práticas pedagógicas.

A fase de observação e a fase de regência são interdependentes e complementares, permitindo que o estagiário desenvolva uma compreensão profunda do processo de ensino-aprendizagem e consolide sua identidade profissional como docente. A conclusão bem-sucedida dessas etapas é essencial para a formação de um educador competente e preparado para enfrentar os desafios da prática docente.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

De acordo com o disposto no artigo 60 do Regulamento do Ensino de Graduação, as atividades complementares, que podem ser de natureza diversa: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e produção acadêmica, têm o objetivo de contabilizar na formação do aluno tudo aquilo que ele pode aprender sem estar em sala de aula. São consideradas atividades complementares: participação em palestras, encontros, congressos, seminários, oficinas, exposições, tradução de artigos, participação em projetos de pesquisa e projetos de ensino, estudo dirigido, aprendizagem de novas tecnologias de comunicação e ensino, relatórios de pesquisa, publicação de artigos, apresentação de trabalhos em congressos, viagens de estudo, cursos pertinentes à habilitação realizados em período de férias, monitorias, experiências de trabalho, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário etc. Disciplinas não obrigatórias no percurso acadêmico do aluno, poderão também ser contabilizadas como atividade complementar. Outras atividades poderão ser consideradas complementares, desde que regulamentadas por resoluções elaboradas e aprovadas pelo Conselho da Faculdade de Ciências da Linguagem. Casos omissos serão resolvidos pelo Conselho da Faculdade, os alunos que serão orientados a realizar as atividades complementares desde os primeiros semestres do curso para contabilizar a carga horária de 60 horas exigidas, deverão registrar a realização dessas atividades na Secretaria da Faculdade de Ciências da Linguagem, mediante preenchimento de documento específico para esse fim, comprovando-as por meio de certificados, atestados, declarações etc.

TRABALHO DE CURSO (TC)

O Trabalho de Curso deve obedecer ao que dispõe o Regulamento do Ensino de Graduação.

Deverá ser elaborado em dois semestres. No primeiro semestre, será desenvolvido no âmbito da disciplina ?Metodologia de Pesquisa em LE? e ?Laboratório de elaboração de TC?. Para obter aprovação nessas disciplinas, o discente precisará apresentar seu anteprojeto de TC em Língua estrangeira(LE) ou em língua materna (LM). No segundo semestre, durante a atividade curricular denominada ?Trabalho de Conclusão Curso? (TCC), o aluno elaborará o trabalho. Isso inclui a redação do trabalho em Língua Espanhola, bem como a ação de torná-lo
público. Em seu TC, o aluno do Curso Letras/Espanhol poderá realizar
um(a):

- projeto de pesquisa,
- projeto de ensino,
- revisão bibliográfica,
- estudo de caso,
- relato de experiência,
- artigo científico.

O TC será apresentado oralmente e deverá ser defendido em Língua Espanhola perante uma banca examinadora, de forma presencial, composta por docentes do Curso Letras/Espanhol da Faculdade de Ciências da Linguagem, do Campus Universitário de Abaetetuba, e/ou por professores convidados. A defesa será pública. Caso o discente apresente algum problema de ordem urgente, comprovado por meio
de documentação, poderá realizar sua defesa, excepcionalmente, em caráter remoto.

POLÍTICA DE PESQUISA

Nos cursos de licenciatura, evidencia-se a necessidade de se articular pesquisa e ensino. Os pressupostos deste projeto pedagógico explicitados anteriormente revelam claramente a interdependência entre os princípios teóricos e a prática pedagógica. A pesquisa-ação, caracterizada pela investigação de questões vivenciadas no dia a dia em busca de soluções para problemas pontuais, revela-se extremamente útil em um curso de formação de professores. Essa modalidade de pesquisa pode ser desenvolvida pelos professores do Curso de Licenciatura em Letras Língua Espanhola e constituir para os alunos, futuros professores, uma experiência que poderá ser espelhada por eles em suas futuras salas de aula. Além de poderem realizar atividades de pesquisa junto aos grupos formais de pesquisa e aos docentes

que abrigam bolsas PIBIC, os alunos têm ainda a possibilidade de se engajar em grupos emergentes e temporários. Os docentes do curso de Letras ? Língua Espanhola do campus de Abaetetuba desenvolvem pesquisas nas áreas da literatura com pesquisas em cultura latino americana, história da literatura latino americana e metodologias ativas para ensino aprendizagem de línguas e pretende-se seguir pesquisas com as ferramentas digitais, adaptando-as ao processo de Ensino/Aprendizagem de ELE, de maneira a ampliar, aproximar e conhecer ferramentas e métodos que possam tornar mais prático o conhecimento de ELE especialmente através do manuseio de saberes como a leitura, audição, interpretação e escrita em espanhol das principais obras literárias escritas por escritores hispanófonos. Para tanto, promove-se de discussões teóricas, bem como elabora Catálogos bibliográficos, participa de eventos nacionais e internacionais no intuito de buscar metodologias ativas que possam auxiliar na aprendizagem do ELE.

POLÍTICA DE EXTENSÃO

A proposta de Extensão assumida por este PP do Curso de Letras ? Língua Espanhola atende à Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece diretrizes para extensão na educação superior brasileira. A Faculdade de ciências da Linguagem planeja desenvolver estratégias para implementar novos projetos de extensão, cujas ações deverão ser definidas e elaboradas por docentes, discentes e técnico-administrativos, visando à integração entre as atividades universitárias e os diversos segmentos da comunidade externa, de modo a atender às demandas sociais no que se refere ao domínio das línguas estrangeiras. Em atendimento a resolução 004_2024, este projeto pedagógico do Curso de Letras ? Língua espanhola destina um núcleo específico para extensão, denominado de formação extensionista em que agrega a dimensão práticas extensionistas. O núcleo é dividido nos seguintes componentes curriculares : Extensão I , com 60 horas; Extensão II, com 60 horas; Extensão III, com 60 horas; Extensão IV, com 60 horas; Extensão V, com 45 horas e Extensão VI, com 45 horas, somando a carga de 330 horas no núcleo. Esses componentes curriculares como disciplinas atenderão a política de extensão pois preveem ações que serão organizadas nas escolas, assim como também a promoção de eventos.

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A Política de Inclusão social é uma abordagem fundamental para garantir a equidade e a

acessibilidade no sistema educacional. No contexto da educação, essa política visa assegurar que todos os alunos, independentemente de suas características pessoais, sociais ou culturais, tenham acesso a uma educação de qualidade e que suas necessidades específicas sejam atendidas. No curso de Letras- Língua Espanhola, a implementação dessa política é essencial para promover um ambiente educacional inclusivo e diversificado, preparando os futuros educadores para enfrentar os desafios e oportunidades de uma sociedade multicultural.

A inclusão social no âmbito educacional se baseia em princípios de equidade, respeito e valorização da diversidade. É uma resposta à necessidade de transformar as práticas pedagógicas para que elas contemplem as diversas realidades dos alunos, promovendo um ambiente onde todos possam participar ativamente e ter suas potencialidades reconhecidas. No Curso de Letras -Língua Espanhola, a política de inclusão social é incorporada por meio de várias estratégias, como a adaptação curricular, a formação contínua dos docentes e a criação de um ambiente educativo acessível e acolhedor.

Uma das principais diretrizes para a inclusão social no Curso de Letras-Espanhola é a promoção de práticas pedagógicas que atendam às necessidades de todos os alunos. Isso inclui a adaptação de metodologias de ensino para atender a diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, bem como a criação de materiais didáticos que considerem as diversas formas de expressão e comunicação. A implementação dessas práticas exige a formação e o desenvolvimento contínuo dos professores, que devem estar preparados para lidar com a diversidade em sala de aula e adotar estratégias pedagógicas inclusivas.

Além disso, o curso adota políticas e práticas que garantem a acessibilidade física e comunicacional no ambiente educativo. Isso inclui a adequação dos espaços físicos para atender a necessidades específicas, a utilização de recursos tecnológicos assistivos e a oferta de suporte especializado para alunos com deficiências ou necessidades educacionais especiais. A inclusão social também é promovida por meio da criação de um ambiente de respeito e acolhimento, onde a diversidade é celebrada e todos os alunos se sentem valorizados e apoiados.

Sobre os espaços físicos, o acesso às salas de aula da Faculdade de Ciências da Linguagem é de fácil acesso, pois, atualmente, todas estão no andar térreo. Ademais, todos os espaços úteis para esses alunos tais como biblioteca, coordenações, laboratório de Linguagem, laboratório de informática, estão também localizados no andar térreo e equipados com rampas de acessibilidade.

Quanto aos alunos surdos e com deficiência auditiva é importante dirigir-se a eles sempre falando frontalmente para que eles possam ler os lábios do interlocutor, caso não saiba se comunicar em Libras. Cursos de Libras para professores e técnicos interessados em aprender

essa língua poderão ser implementados gradativamente. Quanto às pessoas com deficiência visual, pode-se articular um apoio das entidades que transcrevem textos em braile para suprir as necessidades desse público, bem como a implementação de estratégias para garantir a acessibilidade e para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, o curso conta com apoio da divisão de Assistência Estudantil/DAEST e da Coordenadoria de Acessibilidade/ Coacess para orientação.

Todas essas ações podem ser sistematicamente incluídas em cursos de especialização, seminários de curta duração e encontros já tradicionais da Faculdade de Ciências da Linguagem, como, por exemplo, Jornada Acadêmica de Letras (JAL) e também o Encontro de Letras- Espanhol do Baixo Tocantins (ELESP) promovido e executado pelo curso.

O papel dos futuros educadores na promoção da inclusão social é crucial. Eles devem ser preparados para reconhecer e valorizar a diversidade presente em suas salas de aula, aplicando práticas pedagógicas que atendam às diferentes necessidades dos alunos e promovam a participação de todos. O curso de Letras Espanhol oferece formação teórica e prática sobre a política de inclusão social, abordando temas como estratégias pedagógicas inclusivas, adaptações curriculares e o papel do professor na promoção da equidade.

A política de inclusão social também está alinhada com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura, que estabelecem a necessidade de formação para o atendimento à diversidade e a promoção da equidade no ambiente educacional. Essas diretrizes orientam a inclusão de temas relacionados à diversidade e à inclusão social no currículo, assegurando que os futuros professores estejam bem preparados para atuar em um contexto educacional diversificado.

Por meio da política de inclusão social, o curso de Letras Espanhol contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao preparar os futuros educadores para trabalhar em um ambiente inclusivo, o curso não apenas atende às exigências legais, mas também promove uma abordagem educacional que valoriza a diversidade e busca garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

A inclusão social é, portanto, um aspecto central da formação docente no curso de Letras Espanhol. Através da implementação de práticas inclusivas e da promoção de um ambiente educacional acessível e respeitoso, o curso contribui para a formação de professores capazes de enfrentar os desafios da educação contemporânea e de promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

POLÍTICA DE EGRESSO

A Política do Egresso é um componente essencial para garantir que o curso de Letras Espanhol não apenas forme profissionais qualificados, mas também contribua para o desenvolvimento contínuo e a inserção bem-sucedida de seus graduados no mercado de trabalho e na sociedade. Esta política visa assegurar que os egressos do Curso estejam plenamente preparados para enfrentar os desafios da prática docente e para atuar de forma efetiva em diversos contextos educacionais e profissionais.

A Política do Egresso do Curso de Letras Espanhol é fundamentada na missão de formar profissionais competentes, críticos e comprometidos com a promoção da educação de qualidade. A formação do egresso é orientada para o desenvolvimento de competências e habilidades que permitam ao profissional atuar com excelência no ensino da língua espanhola, além de contribuir para o avanço da pesquisa e da prática pedagógica. O curso busca preparar seus graduados para enfrentar as demandas do mercado de trabalho, promovendo uma formação que seja ao mesmo tempo teórica e prática, e que contemple as diversas áreas de atuação do professor de línguas.

Um dos principais objetivos da Política do Egresso é garantir que os graduados possuam uma sólida formação teórica e prática, que lhes permita compreender e aplicar metodologias de ensino modernas e eficazes. Para isso, o curso inclui em seu currículo atividades práticas, estágios supervisionados, extensão e projetos de pesquisa que proporcionam aos alunos experiências reais de ensino e aprendizagem. Essas experiências são projetadas para preparar os estudantes para enfrentar as exigências do ambiente educacional contemporâneo e para atuar de forma proativa na melhoria das práticas pedagógicas.

Além disso, a Política do Egresso enfatiza a importância da formação contínua e do desenvolvimento profissional ao longo da carreira. Os egressos são incentivados a buscar oportunidades de atualização e especialização, participando de cursos, seminários e eventos acadêmicos que possam enriquecer sua prática pedagógica e ampliar seu conhecimento na área de ensino de línguas. O curso de Letras Espanhol promove uma abordagem que valoriza a aprendizagem ao longo da vida e o engajamento com as tendências atuais da educação e do ensino de línguas.

A inserção dos egressos no mercado de trabalho é uma prioridade da Política do Egresso. O Curso de Letras Espanhol desenvolve parcerias com escolas, instituições educacionais para facilitar o processo de colocação profissional dos graduados. Além disso, o curso visa realizar atividades de orientação profissional e oferecer suporte para o desenvolvimento de currículos e a preparação para processos seletivos. A promoção de redes de contatos e a participação em eventos do setor são estratégias adotadas para aumentar as oportunidades de

emprego e para auxiliar os egressos na construção de suas carreiras.

A Política do Egresso também inclui a avaliação do impacto e da satisfação dos egressos em relação à formação recebida. O Curso pretende realizar pesquisas e coleta de feedback para entender melhor as necessidades dos graduados e para ajustar continuamente o currículo e as atividades de formação, garantindo que o Curso esteja alinhado com as exigências e expectativas do mercado de trabalho e com as necessidades dos alunos.

Finalmente, a Política do Egresso contribui para a formação de profissionais que não apenas atendem às demandas do mercado, mas que também se destacam pelo seu compromisso com a qualidade da educação e com a promoção da inclusão e da diversidade. Os egressos são preparados para atuar com ética e responsabilidade, promovendo uma educação de excelência e contribuindo para o desenvolvimento social e cultural da comunidade.

A implementação da Política do Egresso no Curso de Letras Espanhol visa, portanto, assegurar que os graduados estejam bem preparados para enfrentar os desafios da profissão e para atuar de forma eficaz e inovadora no ensino da língua espanhola. Com uma formação sólida e um suporte contínuo ao longo da carreira, os egressos estarão aptos a contribuir significativamente para o campo da educação e para a sociedade como um todo.

PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

O planejamento das atividades curriculares e extra-curriculares do Curso se dará através do trabalho docente coletivo, envolvendo representantes da comunidade acadêmica, deverá permitir, também, a discussão sobre metodologias e procedimentos didáticos e, principalmente, sobre avaliação e seus instrumentos. O planejamento se constituirá num momento de troca de experiências, de aprendizado e de enriquecimento de cada proposta das disciplinas curriculares e das atividades propostas no curso. Também deverá privilegiar o debate sobre o percurso acadêmico dos alunos e as formas metodológicas para atingirmos a formação das habilidades e competências propostas. O planejamento será feito, como de costume, obedecendo a legislação vigente. A Coordenação do Curso, de posse do elenco das atividades curriculares a serem ofertadas a cada período, distribui essas atividades entre os professores.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A. AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Considerando o princípio da flexibilidade que norteia a avaliação e entendendo que se trata de um elemento constitutivo, orientador e re-orientador do processo ensino aprendizagem, os procedimentos de avaliação serão concebidos e propostos levando em conta as características de cada atividade curricular ou o seu conjunto, sem perder de foco as competências e habilidades, em consonância com as Diretrizes Curriculares da UFPA. O registro do desempenho final do discente ocorrerá sob a forma de conceito final resultante do conjunto de procedimentos previstos para a avaliação, respeitado o que dispõe o art. 178 do Regimento Geral da UFPA. Os procedimentos de avaliação das atividades curriculares serão propostos pelo docente ou conjunto de docentes e referendados em reunião semestral de planejamento; do mesmo modo, o controle da freqüência às aulas é atribuição do(s) docente(s) responsáveis pela(s) atividade(s) curriculares, sob a supervisão do(a) direção da faculdade. Os procedimentos avaliativos serão registrados, de forma explícita, no Plano de Ensino de cada professor responsável pelo magistério das atividades curriculares, aprovados em reunião de planejamento pelo Conselho de Ciências da Linguagem, na perspectiva de identificar, por período letivo, até que ponto os alunos alcançaram as competências e as habilidades a serem consolidadas no respectivo período. O professor deverá apresentar à sua turma, a cada início de período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem, conforme o Plano de Curso da atividade acadêmica em curso, bem como discutir os resultados de cada avaliação parcial com a turma, garantindo que esse procedimento se dê antes da próxima verificação da aprendizagem e, finalmente, fazer o registro eletrônico do conceito final, de acordo com as orientações do órgão central de registro acadêmico, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do encerramento do período letivo. A Avaliação deverá ocorrer nas seguintes modalidades: 1) Diagnóstica :planejada no início de cada eixo, a fim de se verificar as competências e habilidades adquiridas pelo aluno e para continuidade da aquisição de novos conhecimentos; identificação de limitações do professor, ao planejar novas experiências, novos conteúdos e para detectar dificuldades que possam ser encontradas nos espaços de desenvolvimento da prática em todas as suas dimensões; 2) Formativa : planejada para ser desenvolvida por todo período de condução do ensino-aprendizagem, com o objetivo de se elaborar estratégias de avaliação que orientem os componentes teóricos e práticos do processo, a fim de identificar as dificuldades do aluno e possibilitar condições para revisão de conteúdos não apreendidos durante o percurso.

B. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A implementação/execução do PPC do Curso de Letras- Língua Espanhola, em seu processo de avaliação, será acompanhada/assessorada Pelo Núcleo docente estruturante(NDE) composta pelo diretor da faculdade e docentes do Curso de Letras-Língua Espanhola e desenvolverá suas ações com a finalidade de Interagir criativamente face às dificuldades pedagógicas sentidas pelo Curso, apoiando a Coordenação de Curso em atividades e programas que visem o bom funcionamento do PPC, selecionando, em consenso com os docentes, os procedimentos didático-metodológicos para melhor atender às necessidades dos alunos e a natureza das atividades curriculares, avaliar e reorganizar as normativas que regem o curso sempre que houver necessidade de atualização. O corpo discente será regularmente chamado a opinar sobre o curso e sua estrutura curricular, sobre a atuação dos docentes, sobre a comunicação entre os alunos e a Coordenação do Curso, sobre a estrutura física da faculdade e a utilização dos espaços educativos (laboratórios, salas de aula, bibliotecas e demais ambientes) etc.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A. DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
ANA PAULA DO NASCIMENTO VELASQUEZ	Mestre	ESTUDOS LINGUÍSTICOS E ENSINO APRENDIZAGEM DE LINGUAS	Dedicação Exclusiva
ANNE LETICIA DE SOUSA CIPRIANO BARROS	Mestre	LINGUISTICA APLICADA E ENSINO APRENDIZAGEM DE LINGUAS	Dedicação Exclusiva
ELENILCE REIS FARIAS PEIXOTO	Mestre	ESTUDOS LINGUÍSTICOS E ENSINO APRENDIZAGEM DE LINGUAS	Dedicação Exclusiva
LORENA LOPES DE FREITAS	Mestre	ESTUDOS LINGUÍSTICOS E ENSINO APRENDIZAGEM DE LINGUAS	Dedicação Exclusiva
MARCO ANTONIO CHANDIA ARAYA	Doutor	LITERATURA	Dedicação Exclusiva

B. TÉCNICOS

A Secretaria Geral de Graduação (SEGG) do Campus Universitário do Baixo Tocantins / Abaetetuba, criada em 2016, sob a tutela da Coordenadoria Acadêmica, tem como atribuições o controle, a verificação, o registro e o arquivamento da documentação referente à vida acadêmica dos discentes, em nível de Graduação, e outros, se houver, desde o seu ingresso até a colação de grau. Em funcionamento no mesmo bloco de salas que abrigam todas as Subunidades Acadêmicas, a SEGG assessora diretamente a Direção e a Coordenação do curso de Licenciatura em Letras - Língua Espanhola da Faculdade de Ciências da Linguagem no cumprimento das determinações acadêmicas. O corpo técnico desse departamento está estruturado da seguinte maneira: Secretário Geral de Graduação/Chefe do Setor (Wagner Ferreira Pereira) e 06 (seis) Secretários de Cursos, sendo aquele o técnico responsável pelo curso de Licenciatura em Letras -Língua Espanhola.

DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

A. INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Salas de aulas climatizadas e equipadas com datashow, quadro branco, mesa e cadeira do professor	Sala	40	Aula	4
Secretaria geral de graduação	Secretaria	6	Administrativa	6
Sala da direção e vice direção da faculdade de ciências da linguagem	Secretaria	4	Administrativa	4
GABINETES DE PROFESSORES	Sala	8	Reunião	8
SALA DE PROFESSORES	Sala	8	Reunião	8
SALA COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPANHOL	Sala	1	Administrativa	1
LABORATORIO PARA AULAS DE LINGUAS	Laboratório	30	Aula	30
LABORATORIO MULTIMEIOS - ACESSO A PESQUISA	Laboratório	40	Aula	40
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	Laboratório	40	Aula	40
SALA PARA ORIENTAÇÃO	Sala	2	Orientação acadêmica	2

B. RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
SALA COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPANHOL	Outros	Cedido	1	MESA PARA O COORDENADOR, DUAS CADEIRAS, COMPUTADOR, IMPRESSORA, ARMARIOS, MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E ARMARIOS DE PASTAS
GABINETES DE PROFESSORES	Outros	Cedido	1	8 MESAS DE ESTUDO, 16 CADEIRAS ACOLCHOADAS, DOIS ARMARIOS GRANDES, 8 ARMARIOS INDIVIDUAIS PARA OS PROFESSORES.
LABORATORIO PARA AULAS DE LINGUAS	Outros	Cedido	1	20 GABINETES/MESAS COM 20 TELAS, 40 FONES DE OUVIDOS, UMA MESA PARA PROFESSOR OPERAR O COMPUTADOR CENTRAL E UMA MESA PARA MONITOR COM COMPUTADOR.
SALA PARA ORIENTAÇÃO	Outros	Cedido	4	DUAS MESAS , 4 CADEIRAS, 1 ARMÁRIO
Salas de aulas climatizadas e equipadas com datashow, quadro branco, mesa e cadeira do professor	Outros	Cedido	4	40 CADEIRAS, UM QUADRO BRANCO , UM PROJETOR, UMA MESA DE PROFESSOR, UMA CADEIRA DE PROFESSOR, DOIS AR CONDICIONADOS

C. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, M. H. V. Teoria e Prática na Formação Pré-serviço do Professor de Língua Estrangeira. In: GIMENEZ, T. (Ed.) Trajetórias na Formação de Professores de Línguas. Londrina: Ed. UEL, 2002.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. Dimensões comunicativas no ensino de línguas. Campinas: Pontes, 1993.

BARRETO, R. G. Multimídias, organização do trabalho docente e políticas de formação de professores. Educação on line. 2002. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=110: mulimidias-organizacao-do-trabalho-docente-e-politicas-de-formacao-deprofessores&

catid=7:informatica&Itemid=18>. Acesso em 12 jun. 2009.
BORDONI, T. C. Uma postura interdisciplinar. Fórum de Educação. Disponível em <http://www.forumeducacao.hpg.ig.com.br/textos/textos/didat_7.htm>. Acesso em 29 fev. 2008.
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência;
_____. Lei nº 12.764/2012 que garante direitos a pessoas com transtorno do espectro autista; Lei 10436/02 |
_____. Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais;
_____. Lei nº 11.645/2008 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena;
_____. Lei nº 9.795/1999 da Políticas de Educação Ambiental e a Resolução CNE/CP nº 1/2012 (Educação em Direitos Humanos).
_____. Parecer CNE/CES 492/2001 Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Letras; Resolução CNE/CP n. 4. De 29 de maio de 2024. Diretrizes Curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da Educação escolar básica (Cursos de Licenciatura, Cursos de Formação Pedagógica para graduados não licenciados e Cursos de segunda Licenciatura)
_____. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira Resolução n. 5.467. de 27 de janeiro de 2022, estabelece as diretrizes para a estruturação das atividades acadêmicas de extensão nos projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação da universidade Federal do Pará
CARVALHO, M. A. de. A prática docente: subsídios para uma análise crítica. In: MENDES SOBRINHO, J. .A.C.; CARVALHO, M. A. de. (Orgs.) Formação de professores e práticas docentes: olhares contemporâneos. Belo Horizonte: Autêntica: 2006.

CRISTOVÃO, V. L. L. Uma experiência de reflexão e formação de professores. In:GIMENEZ, T. (Ed.) Trajetórias na Formação de Professores de Línguas. Londrina: Ed. UEL, 2002.
DEMO, P. Educar pela pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2005.
FAZENDA, I. C. Interdisciplinaridade: um projeto em parceria. São Paulo: Loyola, 1993.
FERREIRA, N.; CARAPETO, S. Repensando e Ressignificando a Gestão Democrática da Educação na ?Cultura Globalizada?. Educação e Sociedade. Campinas: v. 25, n. 89, p. 1227-1249, 2004.

FREEMAN, D. Renaming Experience / Reconstructing practice: Developing New Understanding of Teaching. In: FREEMAN, D. & RICHARDS, J. Teacher Learning in Language Teaching. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

FUJIKURA, A. L. C. Escalada Rumo à Educação de Qualidade. 2006. Disponível em: <http://www.hottopos.com/videtur8/qualidad.htm>. Acesso em 12 jun 2009.

LIBERALI, F. C. Agente e pesquisador aprendendo n ação colaborativa. In: GIMENEZ, T. (Ed.) Trajetórias na Formação de Professores de Línguas. Londrina: Ed. UEL, 2002.

LIBÂNEO, J. C. e PIMENTA, S. G. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudanças; Educação e Sociedade. Campinas: CEDES, no. 68, p. 239-277, 1999.

Lei nº 9.795/1999 da Políticas de Educação Ambiental e a Resolução CNE/CP nº 1/2012 (Educação em Direitos Humanos).

MORAN, J. M. Ensino e educação de qualidade. In: Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. Campinas: Papirus, 2004.

O PODER DA ESPERANÇA. Direção de Steven Sawalich. Focus Filmes, 2007. DVD, son, color. ORTENZI, D. e outras. Concepções de pesquisa de futuros professores de inglês. In:

PAIVA, V. L. M. O e. O novo perfil dos cursos de licenciatura em Letras. In: TOMICH, et al. (Org.). A interculturalidade no ensino de inglês. Florianópolis: UFSC, 2005. p.345-363.

PIMENTA, S. G. & LIMA, M. S. L.. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.

PROVA DE FOGO. Lionsgate, 2006. DVD, son, color. RYAN, K. Values, views or virtues. Education Week, 1999. Disponível em: http://www.edweek.org/login.html?source=http://www.edweek.org/ew/articles/1999/03/03/25ryan.h18.html&destination=http://www.edweek.org/ew/articles/1999/03/03/25ryan.h18.html&levelId =1000. Acesso em 12 jun. 2009.

Parecer CNE/CES 492/2001 Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Letras; Resolução CNE/CP n. 4. De 29 de maio de 2024. Diretrizes Curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da Educação escolar básica (Cursos de Licenciatura, Cursos de Formação Pedagógica para graduados não licenciados e Cursos de segunda Licenciatura)

Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira Resolução n. 5.467. de 27 de janeiro de 2022,

estabelece as diretrizes para a estruturação das atividades acadêmicas de extensão nos projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação da universidade Federal do Pará

SILVA, I.M. da. Percepções do que seja ser um bom professor de inglês para formandos de Letras: Um estudo de Caso. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

SOUSA, A. T. S. A prática de ensino do curso de Pedagogia: um eixo articulador entre teoria e prática. III Encontro de Educação. UFPI, 2004. Disponível em: http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/iiiencontro/gt2/pratica_de_ensino.pdf. Acesso em 29 fev. 2008.

UFPA. Guia de Elaboração do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Graduação da UFPA. CAC/DIDEN/PROEG, UFPA, 2023.

VÁZQUEZ, A. S. Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.